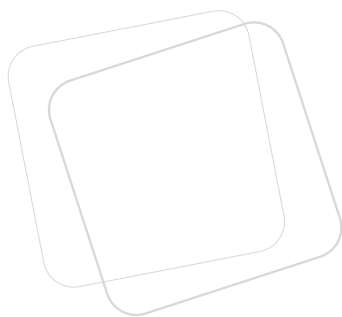




SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO À JUSTIÇA MILITAR E AO PROCESSO PENAL MILITAR	29
1.1.	Origens da Justiça Militar.....	29
1.2.	Justiça e direito militar no Brasil: o berço do Código de Processo Penal Militar	34
1.3.	A importância da especialização	37
1.4.	Submissão da “força” aos princípios constitucionais e aos direitos fundamentais.....	40
1.5.	Processo penal militar constitucional e princípio da isonomia.....	44
1.6.	Um panorama da Justiça Militar no mundo.....	51
1.6.1.	Itália	51
1.6.2.	Espanha	52
1.6.3.	França.....	52
1.6.4.	Portugal.....	53
1.6.5.	Estados Unidos da América (EUA)	53
1.6.6.	América Latina	53
1.7.	Competência e organização da Justiça Militar (crime militar).....	54
1.7.1.	Justiça Militar da União (JMU) em tempo de paz.....	55
1.7.2.	Justiça Militar da União (JMU) em tempo de guerra.....	58
1.7.3.	Justiça Militar dos Estados.....	59
1.8.	Competência monocrática e a competência colegiada	59
1.8.1.	O julgamento monocrático de civis pela Justiça Militar da União (Lei n. 13.774/18).....	61
1.8.2.	O julgamento colegiado de ex-militares (princípios do juiz natural e da segurança jurídica).....	65
2	JURISDIÇÃO	73
2.1.	Introdução ao capítulo	73
2.2.	Características da jurisdição	74
2.2.1.	Substitutividade.....	74
2.2.2.	Escopo de atuação do direito.....	74
2.2.3.	Inércia.....	74
2.2.4.	Imutabilidade	75

2.2.5.	Existência de lide.....	75
2.3.	Princípios da jurisdição.....	76
2.3.1.	Investidura.....	76
2.3.2.	Aderência ao jurisdicionado.....	76
2.3.3.	Indelegabilidade.....	77
2.3.4.	Inevitabilidade.....	79
2.3.5.	Inafastabilidade (indeclinabilidade ou vedação ao <i>non liquet</i>).....	79
2.3.6.	Juiz natural.....	80
2.4.	Finalidade da jurisdição.....	82
2.5.	Espécies de jurisdição.....	82
3	PROCESSO.....	85
3.1.	Relação jurídica de direito processual.....	85
3.2.	Princípios aplicáveis ao processo penal militar.....	86
3.2.1.	Conflito entre princípios.....	87
3.2.2.	Classificação.....	89
3.2.3.	Princípios expressos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e sua incorporação no ordenamento pátrio.....	90
3.2.4.	Princípios processuais penais militares em espécie.....	92
3.2.4.1.	Humanidade.....	92
3.2.4.2.	Legalidade.....	93
3.2.4.3.	Devido processo legal.....	94
3.2.4.4.	Ampla defesa e contraditório.....	96
3.2.4.5.	<i>Ne bis in idem</i>	98
3.2.4.6.	Duplo grau de jurisdição.....	100
3.2.4.7.	Estado de inocência.....	103
3.2.4.8.	<i>Favor rei (in dubio pro reo ou favor innocentiae)</i>	109
3.2.4.9.	<i>Nemo tenetur se detegere</i>	111
3.2.4.10.	Excepcionalidade da prisão cautelar e duração razoável da prisão cautelar.....	119
3.2.4.11.	Publicidade.....	122
3.2.4.12.	Verdade material.....	123
3.2.4.13.	Inadmissibilidade da prova obtida por meio ilícito.....	124
3.2.4.14.	Economia processual e celeridade processual: princípio da eficiência do processo penal.....	127
3.2.4.15.	Da indisponibilidade.....	130
3.2.4.15.1.	Indisponibilidade da ação penal militar e acordo de não persecução penal.....	132
3.2.4.16.	Oficialidade.....	161
3.2.4.17.	Oficiosidade.....	162
3.2.4.18.	Do impulso oficial.....	162
3.2.4.19.	Juiz natural.....	162

3.2.4.20.	Imparcialidade do juiz.....	164
3.2.4.21.	Da persuasão racional do juiz.....	165
3.2.4.22.	Da motivação das decisões judiciais.....	167
3.2.4.23.	Correlação (<i>ne eat iudex ultra petita partium</i>).....	168
3.2.4.24.	Identidade física do juiz.....	169
3.2.4.25.	Ação ou demanda.....	172
3.2.4.26.	Igualdade processual.....	177
3.2.4.27.	Lealdade processual.....	177
3.2.4.28.	Promotor natural.....	179
3.2.4.29.	Intranscendência.....	180
3.2.4.30.	Comunhão da prova.....	181
3.2.4.31.	Razoável duração do processo.....	182
3.3.	Sistemas de processo penal.....	184
3.3.1.	Sistema inquisitivo.....	185
3.3.2.	Sistema acusatório.....	185
3.3.2.1.	Juiz das garantias.....	186
3.3.3.	Sistema misto.....	192
3.3.4.	Sistema vigente no processo penal militar brasileiro.....	192
4	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR.....	195
4.1.	Introdução ao capítulo.....	195
4.2.	Prevalência das normas processuais penais previstas em tratados.....	195
4.3.	Aplicação da lei processual penal militar no tempo.....	201
4.4.	Aplicação da lei processual penal militar no espaço.....	203
4.5.	Aplicação da lei processual penal militar em relação às pessoas.....	214
4.5.1.	Imunidade diplomática.....	215
4.5.2.	Imunidades aplicadas aos detentores de mandatos eletivos.....	216
4.5.2.1.	Imunidades aplicadas aos parlamentares.....	217
4.5.2.2.	Imunidades aplicadas aos detentores de mandato eletivo no Poder Executivo.....	230
4.5.2.3.	Efetiva aplicação da lei penal e processual penal militar a ocupantes de cargos eletivos.....	234
4.5.2.4.	Outras situações ensejadoras de foro especial por prerrogativa de função.....	244
4.5.3.	Aplicação da lei penal e processual penal militar em relação aos advogados.....	246
4.6.	Aplicação do Código de Processo Penal Militar aos feitos da Justiça Militar Estadual.....	247
4.7.	Aplicação subsidiária aos processos regulados em leis penais especiais.....	250
5	INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR.....	251
5.1.	Interpretação e seu conceito.....	251
5.2.	Espécies de interpretação.....	251

5.2.1.	Quanto à fonte.....	251
5.2.2.	Quanto ao meio utilizado.....	252
5.2.3.	Quanto aos resultados obtidos.....	253
5.3.	Regra interpretativa no Código de Processo Penal Militar.....	253
5.4.	Lacunas na lei processual penal militar: integração da lei processual penal militar.....	254
6	FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	259
6.1.	Conceito de fontes.....	259
6.2.	Espécies de fontes.....	259
6.2.1.	Fonte material ou de produção.....	259
6.2.2.	Fontes formais.....	260
6.2.2.1.	Fonte formal imediata.....	260
6.2.2.2.	Fontes formais mediatas.....	261
7	POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR	263
7.1.	Introdução ao capítulo.....	264
7.2.	Instituições militares, Constituição Federal e atividade de polícia.....	265
7.2.1.	As Forças Armadas.....	265
7.2.2.	Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.....	270
7.2.3.	Atividades de polícia conferidas às instituições militares.....	277
7.3.	Conceito de polícia judiciária.....	281
7.4.	Polícia judiciária militar.....	282
7.5.	Atribuição para o exercício da polícia judiciária militar.....	283
7.5.1.	Conflitos de atribuição de polícia judiciária militar.....	296
7.5.2.	Atividades compreendidas pela polícia judiciária militar.....	299
7.5.2.1.	Apurar autoria e materialidade dos crimes militares.....	300
7.5.2.2.	Prestar informações ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.....	304
7.5.2.3.	Cumprir mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.....	309
7.5.2.4.	Representar pela decretação da prisão preventiva e pelo reconhecimento de insanidade mental do indiciado.....	309
7.5.2.5.	Cumprir determinações e ordens da Justiça Militar sobre presos sob sua guarda e todas as prescrições do CPPM.....	312
7.5.2.6.	Solicitar às autoridades civis informações e medidas necessárias à elucidação dos fatos.....	313
7.5.2.7.	Requisitar da polícia civil e repartições técnicas os exames e pesquisas para instruir a apuração.....	314
7.5.2.8.	Atender pedidos de apresentação de militares à autoridade civil.....	315
7.5.3.	Exercício de polícia judiciária militar e sua vinculação ou não à competência das Justiças Militares.....	315
7.5.4.	Atribuições de polícia judiciária militar atípicas ao CPPM.....	324

7.5.4.1.	Representar pela interceptação das comunicações telefônicas do indiciado	325
7.5.4.2.	Representação pela prisão temporária.....	332
7.5.4.3.	Medidas da Lei Maria da Penha.....	334
7.5.4.4.	Medidas da Lei do Crime Organizado.....	339
7.5.4.5.	Medidas da Lei de Proteção de Testemunhas	345
7.6.	Dever de preservação da cadeia de custódia	348
7.7.	Procedimentos de polícia judiciária militar	349
7.7.1.	Inquérito policial militar.....	350
7.7.1.1.	Conceito.....	350
7.7.1.2.	Finalidade do inquérito policial militar.....	350
7.7.1.3.	Nulidades no inquérito policial militar	352
7.7.1.4.	Instauração	354
7.7.1.4.1.	Instauração de ofício.....	354
7.7.1.4.2.	Instauração por determinação ou delegação.....	354
7.7.1.4.3.	Instauração por requisição do Ministério Público.....	355
7.7.1.4.4.	Instauração por decisão do Superior Tribunal Militar.....	359
7.7.1.4.5.	Instauração por requerimento do ofendido, de seu representante legal ou por representação do cidadão que conheceu da infração penal militar.....	359
7.7.1.4.6.	Instauração em razão de sindicância.....	361
7.7.1.4.7.	Instauração em razão de prisão em flagrante delito.....	361
7.7.1.4.8.	Instauração de inquérito contra autoridades que possuam foro especial por prerrogativa de função	362
7.7.1.4.9.	Não instauração de inquérito policial militar com arrimo no princípio da insignificância	365
7.7.1.4.10.	Delação anônima e a instauração de inquérito policial militar.....	372
7.7.1.4.11.	Dever de intimação do suspeito após a instauração	375
7.7.1.5.	Encarregado.....	375
7.7.1.6.	Escrivão	377
7.7.1.7.	Medidas preliminares ao inquérito policial militar	377
7.7.1.7.1.	Dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário.....	378
7.7.1.7.2.	Apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato....	379

7.7.1.7.3.	Efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244.....	381
7.7.1.7.4.	Colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias	381
7.7.1.8.	Avaliação decisória (processo decisório)	381
7.7.1.9.	Formação do inquérito policial militar.....	383
7.7.1.10.	Características do inquérito policial militar.....	387
7.7.1.10.1.	Procedimento administrativo instrutório.....	387
7.7.1.10.2.	Procedimento escrito.....	387
7.7.1.10.3.	Procedimento inquisitivo.....	388
7.7.1.10.4.	Procedimento sigiloso	395
7.7.1.10.5.	Oficialidade.....	398
7.7.1.10.6.	Oficiosidade.....	398
7.7.1.10.7.	Indisponibilidade.....	398
7.7.1.11.	O art. 16-A do CPPM.....	399
7.7.1.12.	Detenção do indiciado pelo encarregado do inquérito policial militar	412
7.7.1.12.1.	Arquivamento implícito.....	418
7.7.1.12.2.	Arquivamento indireto	420
7.7.1.13.	Arquivamento e desarquivamento do inquérito policial militar	427
7.7.1.14.	Assistência de integrante do Ministério Público.....	436
7.7.1.15.	Prazos do inquérito policial militar.....	438
7.7.1.16.	Encerramento do inquérito policial militar.....	439
7.7.2.	Auto de prisão em flagrante.....	440
7.7.2.1.	Espécies de flagrância	440
7.7.2.1.1.	Flagrante próprio, impróprio e ficto (ou presumido)	440
7.7.2.1.2.	Flagrante obrigatório e facultativo	441
7.7.2.1.3.	Flagrante postergado	441
7.7.2.1.4.	Flagrante forjado	442
7.7.2.1.5.	Flagrante preparado ou provocado	442
7.7.2.1.6.	Flagrante esperado	444
7.7.2.2.	Requisitos para que se possa efetuar a prisão em flagrante	444
7.7.2.2.1.	Presença de uma das hipóteses do art. 244 do CPPM	444
7.7.2.2.2.	Presença dos requisitos da prisão preventiva (art. 255 do CPPM).....	444
7.7.2.2.3.	Cominação de pena de detenção ou de reclusão para o delito em tese praticado...	445

7.7.2.2.4.	Prova da materialidade da infração penal militar.....	446
7.7.2.2.5.	Conhecimento do autor do fato.....	446
7.7.2.2.6.	Detenção física do autor do fato.....	447
7.7.2.2.7.	Certeza da inexistência de uma causa excludente de ilicitude e de culpabilidade.....	449
7.7.2.2.8.	Não haver vedação legal para a prisão em flagrante delito.....	450
7.7.2.3.	Comparecimento espontâneo.....	451
7.7.2.4.	Relaxamento da prisão pela autoridade de polícia judiciária.....	452
7.7.2.5.	Estrutura do auto de prisão em flagrante delito.....	458
7.7.2.5.1.	Sequência de atos, documentos e investigações complementares.....	458
7.7.2.5.2.	Peça inaugural.....	458
7.7.2.5.3.	Escrivão e a necessidade de termo de compromisso.....	459
7.7.2.5.4.	Corpo do auto de prisão.....	459
7.7.2.5.5.	Certidão de garantias constitucionais.....	462
7.7.2.5.6.	Nota de culpa.....	463
7.7.2.5.7.	Relatório.....	463
7.7.2.5.8.	Remessa dos autos.....	464
7.7.2.5.9.	Entrega do preso.....	468
7.7.2.6.	Audiência de custódia.....	468
7.7.3.	Procedimento de deserção (termo de deserção ou instrução provisória de deserção).....	471
7.7.3.1.	Disposições gerais.....	471
7.7.3.1.1.	Requisitos do termo de deserção.....	472
7.7.3.1.2.	Início da contagem de deserção.....	472
7.7.3.1.3.	Sujeição do desertor à prisão.....	473
7.7.3.1.4.	Prazo máximo para a realização da sessão de julgamento.....	481
7.7.3.2.	Deserção de oficial.....	482
7.7.3.3.	Deserção de praça, com ou sem graduação, e praça especial.....	484
7.7.3.4.	Condução coercitiva do ausente.....	487
7.7.3.5.	Prescrição da deserção e a atuação da polícia judiciária militar.....	495
7.7.3.6.	Casos especiais de deserção que exigem diversa compreensão do procedimento.....	496
7.7.4.	Procedimento de insubmissão (termo de insubmissão ou instrução provisória de insubmissão).....	497
7.6.4.1.	Requisitos do termo de insubmissão.....	498

7.6.4.2.	Sujeição do insubmisso à prisão	499
7.6.4.3.	Regime de prisão do insubmisso: menagem-prisão	500
7.6.4.4.	Prazo máximo para a realização da sessão de julgamento.....	502

8 AÇÃO PENAL MILITAR 503

8.1.	Introdução ao capítulo	503
8.2.	Conceito.....	505
8.3.	Natureza jurídica	506
8.4.	Princípios.....	509
8.4.1.	Princípio da demanda.....	509
8.4.2.	Princípio da obrigatoriedade.....	509
8.4.3.	Princípio da indisponibilidade.....	512
8.4.4.	Princípios da oficialidade, autoritariedade e oficiosidade.....	513
8.4.5.	Princípio da intranscendência.....	513
8.4.6.	Princípio da indivisibilidade	513
8.4.7.	Princípio da inadmissibilidade da dupla persecução criminal.....	514
8.5.	Condições da ação penal militar condenatória	514
8.5.1.	Condições genéricas.....	514
8.5.2.	Condições específicas.....	523
8.6.	Pressupostos processuais.....	524
8.7.	Espécies de ação penal militar	525
8.7.1.	Ação penal militar de iniciativa pública incondicionada (ou absoluta).....	526
8.7.2.	Ação penal militar de iniciativa pública condicionada à requisição...	526
8.7.2.1.	Requisição do Comando da Força Militar e do Ministério da Justiça.....	527
8.7.3.	Ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública	528
8.7.3.1.	Queixa-crime	530
8.7.4.	Ação penal militar nos crimes militares extravagantes	531
8.8.	Peça inaugural do processo penal militar: a denúncia.....	535
8.8.1.	Denúncia e seus requisitos	535
8.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia.....	543
8.8.3.	Inaplicabilidade da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, nas Justiças Militares: reflexos práticos que podem ocorrer na ação penal militar.....	544

9 AÇÃO CIVIL EX DELICTO 557

9.1.	Efeitos da condenação no Código Penal Militar	557
9.2.	Disposições do Código Civil	558
9.3.	Disposições do Código de Processo Civil	559
9.4.	Efeitos da sentença criminal absolutória	559
9.5.	Legitimados na ação civil <i>ex delicto</i>	560

9.6.	Concomitância da ação civil e a ação penal.....	560
9.7.	Prazo para a ação civil	561
9.8.	Juízo competente para a ação civil <i>ex delicto</i>	561
10	SUJEITOS, PARTES E TERCEIROS NA RELAÇÃO PROCESSUAL	563
10.1.	Introdução ao capítulo	563
10.2.	Juiz de Direito do Juízo Militar ou Juiz Federal da Justiça Militar	564
10.2.1.	Provimento do cargo.....	565
10.2.1.1.	Justiças Militares Estaduais	565
10.2.1.2.	Justiça Militar da União	571
10.2.2.	Poderes dos magistrados das Justiças Militares	573
10.2.3.	Impedimentos e suspeições.....	574
10.2.4.	Garantias.....	583
10.2.5.	Vedações	583
10.3.	Juízes militares (primeira instância).....	584
10.3.1.	Investidura na função.....	584
10.3.2.	Impedimentos e suspeições.....	589
10.3.3.	Garantias.....	589
10.3.4.	Vedações	590
10.4.	Ministério Público.....	590
10.4.1.	Provimento do cargo.....	593
10.4.2.	Impedimentos e suspeições.....	594
10.4.3.	Garantias.....	599
10.4.4.	Vedações	599
10.5.	Assistente da acusação.....	600
10.6.	Acusado.....	608
10.7.	Defensor.....	609
10.7.1.	Defensor substituto (defensor público ou dativo)	611
10.7.2.	Direitos e deveres	612
10.7.3.	Incompatibilidades e impedimentos.....	613
10.8.	Curador	613
10.9.	Funcionários da justiça	613
10.10.	Peritos, tradutores e intérpretes	614
11	COMPETÊNCIA PENAL MILITAR	619
11.1.	Jurisdição e competência.....	619
11.2.	Bem jurídico-penal militar, jurisdição especial e definição da jurisdição competente	623
11.3.	Foro militar.....	628
11.4.	Justiça Militar da União e Justiças Militares Estaduais (ou do Distrito Federal).	634
11.4.1.	Justiça Militar da União.....	635
11.4.2.	Justiças Militares Estaduais (ou do Distrito Federal)	640

11.4.2.1.	Crime militar doloso contra a vida de civil.....	640
11.4.2.2.	Exercício da jurisdição penal militar por órgão monocrático (singular).....	643
11.4.2.3.	Conselhos de Justiça em âmbito das Justiças Militares dos Estados e do Distrito Federal.....	650
11.4.2.4.	O crime militar em âmbito estadual praticado por civil.	651
11.4.2.5.	Crime militar praticado por militar do Estado em outra Unidade Federativa.....	654
11.4.3.	A “Reforma do Poder Judiciário”: o evidente <i>discrímen</i> inconstitucional da Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004.....	655
11.4.3.1.	Enfoque político.....	656
11.4.3.1.1.	Que é “política”.....	657
11.4.3.1.2.	Da falta de critério político na alteração trazida pela Emenda Constitucional n. 45/2004.....	657
11.4.3.2.	Enfoque jurídico-constitucional.....	658
11.4.3.2.1.	Escabinato: um direito individual do jurisdicionado das Justiças Militares (?)	659
11.4.3.3.	Enfoque pragmático-jurídico.....	668
11.5.	Critérios de definição da competência penal militar.....	670
11.5.1.	Espécies de competência criminal.....	670
11.5.1.1.	Competência material.....	671
11.5.1.1.1.	Critério <i>ratione materiae</i>	671
11.5.1.1.2.	Critério <i>ratione personae</i>	673
11.5.1.1.3.	Critério <i>ratione loci</i>	675
11.5.1.2.	Competência funcional.....	678
11.5.1.2.1.	Competência funcional de acordo com a fase do processo.....	679
11.5.1.2.2.	Competência funcional de acordo com o objeto do juízo.....	679
11.5.1.2.3.	Competência funcional de acordo com o grau de jurisdição.....	679
11.5.2.	Regras de competência previstas no Código de Processo Penal Militar.....	680
11.5.2.1.	Competência pelo lugar da residência ou domicílio do acusado.....	681
11.5.2.2.	Competência pela prevenção.....	681
11.5.2.3.	Competência pela sede do lugar de serviço.....	682
11.5.2.4.	Competência por distribuição.....	683
11.5.3.	Competência absoluta e competência relativa.....	683
11.5.4.	Prorrogação da competência.....	684
11.5.4.1.	Conexão ou continência.....	684
11.5.4.1.1.	Conexão.....	685

11.5.4.1.1.1.	Quadro-resumo das espécies de conexão.....	687
11.5.4.1.1.2.	Continência.....	688
11.5.4.1.1.3.	Regras para a definição de competência nos casos de conexão ou continência.....	688
11.5.4.2.	Desaforamento.....	695
11.5.4.3.	Conflito de competência.....	697
12	QUESTÕES PREJUDICIAIS	703
12.1.	Conceito de prejudicialidade	703
12.2.	Questão prejudicial e questão preliminar.....	703
12.3.	Questão prejudicial homogênea e heterogênea	704
12.4.	Questão prejudicial devolutiva e não devolutiva	704
12.5.	Consequências penais militares das questões prejudiciais: suspensão da prescrição da pretensão punitiva.....	707
12.6.	Quadro-resumo das questões prejudiciais.....	710
13	INCIDENTES PROCESSUAIS.....	711
13.1.	Introdução ao capítulo	711
13.2.	Exceções em geral.....	712
13.2.1.	Exceção de suspeição (<i>exceptio suspicionis</i>) e exceção de impedimento	713
13.2.2.	Exceção de incompetência (<i>exceptio incompetentiae</i>)	720
13.2.3.	Exceção de litispendência (<i>exceptio litispendentiae</i>).....	724
13.2.4.	Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	726
13.3.	Incidente de insanidade mental do acusado.....	728
13.4.	Incidente de falsidade de documento.....	733
13.5.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas na Justiça Militar	735
14	MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS	743
14.1.	Introdução ao capítulo	743
14.2.	Providências que recaem sobre coisas ou pessoas.....	746
14.2.1.	Buscas.....	746
14.2.1.1.	Domiciliar	746
14.2.1.2.	Pessoal.....	766
14.2.1.3.	Apreensão.....	769
14.2.1.4.	Restituição.....	771
14.3.	Providências que recaem sobre coisas.....	776
14.3.1.	Sequestro.....	776
14.3.2.	Hipoteca legal	779
14.3.3.	Arresto.....	782
14.4.	Providências que recaem sobre pessoas	784

14.4.1.	Disposições gerais sobre a prisão provisória.....	784
14.4.2.	Prisão em flagrante delito (do desertor e do insubmisso).....	791
14.4.3.	Prisão preventiva.....	791
14.4.3.1.	Pressupostos ou requisitos positivos para a decretação da prisão preventiva (<i>fumus commissi delicti</i>).....	795
14.4.3.2.	Fundamentos para a decretação da prisão preventiva (<i>periculum libertatis</i>).....	796
14.4.3.2.1.	Garantia da ordem pública e periculosidade do autor do fato (art. 255, <i>a</i> e <i>c</i> , do CPPM).....	796
14.4.3.2.2.	Conveniência da instrução criminal (art. 255, <i>b</i> , do CPPM).....	799
14.4.3.2.3.	Assegurar a aplicação da lei penal militar (art. 255, <i>d</i> , do CPPM).....	799
14.4.3.2.4.	Exigência da manutenção de normas e princípios de hierarquia e disciplina militares (art. 255, <i>e</i> , do CPPM).....	800
14.4.3.2.5.	Fundamentações especiais do Código de Processo Penal comum e sua aplicação ao processo penal militar.....	804
14.4.3.2.6.	Disposições referentes à liberdade provisória e vedações da lei processual penal militar e comum: requisitos negativos.....	812
14.4.3.3.	Quadro-resumo da prisão preventiva no Direito Processual Penal Militar.....	816
14.4.3.4.	Normas complementares.....	817
14.4.3.5.	Prisão preventiva no curso do inquérito policial militar..	818
14.4.4.	Comparecimento espontâneo.....	819
14.4.5.	Menagem.....	820
14.4.5.1.	Conceito.....	820
14.4.5.2.	Requisitos para a concessão.....	821
14.4.5.3.	Local de cumprimento.....	822
14.4.5.4.	Manifestação obrigatória do Ministério Público.....	822
14.4.5.5.	Cassação da menagem.....	823
14.4.5.6.	Menagem do insubmisso.....	823
14.4.5.7.	Cessação da menagem.....	824
14.4.5.8.	Caso de detração na pena.....	824
14.4.6.	Liberdade provisória.....	824
14.4.7.	Aplicação provisória de medida de segurança.....	826
14.5.	Medidas preventivas e assecuratórias extravagantes ao CPPM.....	833
14.5.1.	Lei Maria da Penha.....	834
14.5.2.	Interceptação das comunicações telefônicas e interceptação ambiental.....	834
14.5.3.	Turbação do sigilo das operações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.....	840

14.5.4.	Possibilidade da Lei Antidrogas (Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006)	842
14.5.5.	Prisão temporária (Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989)	846
15	CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	859
15.1.	Introdução ao capítulo	859
15.2.	Contagem de prazos no processo penal militar	859
15.3.	Citação	863
15.3.1.	Conceito	863
15.3.2.	Formas	863
15.3.2.1.	Citação por mandado	864
15.3.2.2.	Citação por carta precatória	866
15.3.2.3.	Citação por carta citatória	868
15.3.2.4.	Citação mediante requisição ou licença de diretor ou chefe	870
15.3.2.5.	Citação pelo correio	871
15.3.2.6.	Citação por edital	872
15.3.3.	Revelia e a impossibilidade de aplicação do art. 366 do CPP ao processo penal militar	874
15.4.	Intimações e notificações	878
15.5.	Disposições especiais	880
16	ATOS PROBATÓRIOS	881
16.1.	Introdução ao capítulo: provas, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório	881
16.2.	Linguagem utilizada na produção da prova	883
16.3.	Forma utilizada na produção da prova oral	883
16.4.	Provas vedadas no processo penal militar	884
16.4.1.	Provas atentatórias à moral, saúde ou segurança individual ou coletiva, ou contra a hierarquia ou a disciplina militares	884
16.4.2.	Provas obtidas por meio ilícito	886
16.5.	Ônus da prova	889
16.6.	Sistemas de valoração de prova	892
16.7.	Observância no inquérito policial militar	893
16.8.	Atos probatórios em espécie	893
16.8.1.	Qualificação e interrogatório do acusado (STF. HC 127.900)	893
16.8.2.	Confissão	902
16.8.3.	Oitiva do ofendido	905
16.8.4.	Perícias e exames	907
16.8.5.	Testemunhas	916
16.8.6.	Acareação	923
16.8.7.	Reconhecimento de pessoa e de coisa	924
16.8.8.	Documentos	927
16.8.9.	Indícios	928

17 PROCESSOS EM ESPÉCIE.....	933
17.1. Processo ordinário.....	933
17.1.1. Prioridade de instrução. Polícia e ordem das sessões. Disposições gerais	934
17.1.2. Início do processo ordinário.....	942
17.1.3. Resposta à acusação e absolvição sumária (RHC n. 142.608).....	944
17.1.4. Instalação do Conselho de Justiça.....	951
17.1.5. Exceções que podem ser opostas. Comparecimento do ofendido....	955
17.1.6. Inquirição de testemunhas, reconhecimento de pessoa ou coisa e diligências em geral.....	956
17.1.7. Qualificação e interrogatório do acusado (STF. HC 127.900).....	961
17.1.8. Revelia	963
17.1.9. Sessão de julgamento e sentença.....	964
17.1.10. Quadro-resumo do processo ordinário.....	984
17.2. Processos especiais.....	986
17.2.1. Deserção.....	986
17.2.1.1. Introdução	986
17.2.1.2. Disposições gerais.....	989
17.2.1.3. Deserção de oficial	991
17.2.1.4. Deserção de praça, com ou sem graduação, e praça especial	1000
17.2.1.5. Quadro-resumo do processo relativo ao crime de deserção	1011
17.2.2. Insubmissão	1012
17.2.2.1. Quadro-resumo do processo relativo ao crime de insubmissão.....	1015
17.2.3. Restauração de autos.....	1016
17.2.4. Processo de competência originária do Superior Tribunal Militar.....	1023
18 NULIDADES	1027
18.1. Introdução ao capítulo	1028
18.2. Irregularidade, nulidade e inexistência dos atos processuais.....	1029
18.3. Vetores de interpretação das nulidades (princípios aplicáveis).....	1034
18.3.1. Inexistência de nulidade sem prejuízo ou <i>pas de nullité sans grief</i> (princípio da instrumentalidade das formas).....	1034
18.3.2. Inexistência de nulidade de ato irrelevante para a justa composição da lide (princípio da instrumentalidade das formas).....	1036
18.3.3. Inexistência de nulidade quando provocada pela parte que a alega ou quando apenas aproveitar à parte oposta (princípio do interesse)....	1036
18.3.4. Nulidade por derivação (princípio da causalidade ou consequencialidade).....	1037
18.3.5. Possibilidade de convalidação (princípio da convalidação ou da conservação).....	1037

18.3.5.1.	Preclusão.....	1038
18.3.5.2.	Ratificação de atos não decisórios de juiz incompetente.....	1040
18.3.5.3.	Prolação da sentença	1042
18.3.5.4.	Trânsito em julgado da sentença.....	1043
18.3.5.5.	Casos de convalidação específica.....	1043
18.4.	Nulidades em espécie.....	1043
18.4.1.	Nulidades absolutas.....	1044
18.4.1.1.	Incompetência do órgão jurisdicional <i>ratione materiae</i> , <i>ratione personae</i> e funcional	1044
18.4.1.2.	Impedimento e suspeição do juiz.....	1045
18.4.1.3.	Suborno do juiz.....	1047
18.4.1.4.	Ilegitimidade <i>ad causam</i>	1048
18.4.1.5.	Ausência (preterição) de denúncia.....	1048
18.4.1.6.	Ausência de exame de corpo de delito, direto ou indireto, nos crimes que deixem vestígios.....	1051
18.4.1.7.	A ausência ou inobservância de formalidades da citação do acusado para ver-se processar, implicando a ausência de defesa.....	1053
18.4.1.8.	Preterição dos prazos concedidos à acusação ou à defesa.....	1054
18.4.1.9.	Preterição da nomeação de defensor ao réu presente que não o tiver	1055
18.4.1.10.	Preterição da forma do sorteio dos juízes militares e seu compromisso.....	1056
18.4.1.11.	Preterição da acusação e da defesa, em desacordo com o CPPM	1057
18.4.1.12.	Preterição da notificação do réu ou seu defensor para a sessão de julgamento	1058
18.4.1.13.	Preterição da intimação das partes para a ciência da sentença ou decisão de que caiba recurso.....	1059
18.4.1.14.	Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do processo	1060
18.4.2.	Nulidades relativas.....	1061
18.4.2.1.	Incompetência territorial do órgão jurisdicional.....	1061
18.4.2.2.	Ilegitimidade <i>ad processum</i>	1062
18.4.2.3.	A ausência ou inobservância de formalidades do inter- rogatório, quando presente o acusado.....	1063
18.4.2.4.	Deficiência na defesa do réu ou preterição de nomeação de curador ao réu ausente e ao menor de 18 anos.....	1064
18.4.2.5.	Ausência da intimação das testemunhas arroladas na denúncia	1066

18.4.2.6.	Falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal militar.....	1067
18.5.	Momento da arguição das nulidades (relativas).....	1069

19 RECURSOS..... 1071

19.1.	Teoria geral.....	1072
19.1.1.	Conceito.....	1072
19.1.2.	Fundamento e natureza jurídica.....	1073
19.1.3.	Classificação.....	1076
19.1.4.	Princípios dos recursos.....	1078
19.1.4.1.	Princípio da taxatividade.....	1078
19.1.4.2.	Princípio da devolutividade (<i>tantum devolutum quantum appellatum</i>).....	1079
19.1.4.3.	Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	1080
19.1.4.4.	Princípio da fungibilidade dos recursos.....	1080
19.1.4.5.	Princípio da complementaridade.....	1083
19.1.4.6.	Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	1085
19.1.4.7.	Princípio da dialeticidade.....	1085
19.1.4.8.	Princípio da personalidade dos recursos.....	1086
19.1.4.9.	Princípio da disponibilidade dos recursos.....	1086
19.1.4.10.	Princípio <i>non reformatio in pejus</i>	1088
19.1.5.	Pressupostos recursais.....	1092
19.1.5.1.	Pressupostos objetivos.....	1093
19.1.5.1.1.	Cabimento (ou previsão legal).....	1093
19.1.5.1.2.	Adequação.....	1093
19.1.5.1.3.	Tempestividade.....	1094
19.1.5.1.4.	Regularidade (observância das formalidades legais).....	1098
19.1.5.1.5.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos.....	1100
19.1.5.2.	Pressupostos subjetivos.....	1101
19.1.5.2.1.	Interesse jurídico.....	1102
19.1.5.2.2.	Legitimidade.....	1103
19.1.6.	Efeitos da interposição dos recursos.....	1105
19.1.6.1.	Devolutivo.....	1105
19.1.6.2.	Suspensivo.....	1106
19.1.6.3.	Extensivo.....	1106
19.1.6.4.	Regressivo (iterativo ou diferido).....	1106
19.1.6.5.	Traslativo.....	1106
19.2.	Recursos em espécie.....	1108
19.2.1.	Recurso em sentido estrito.....	1108

19.2.1.1.	Introdução	1108
19.2.1.2.	Confronto com a Lei de Execução Penal	1110
19.2.1.3.	Hipóteses de cabimento	1114
19.2.1.3.1.	Reconhecimento da inexistência de crime militar, em tese (alínea <i>a</i> do art. 516 do CPPM).....	1114
19.2.1.3.2.	Indeferimento do pedido de arquivamento, ou da devolução do inquérito à autoridade administrativa (alínea <i>b</i> do art. 516 do CPPM).....	1118
19.2.1.3.3.	Absolvição do réu no caso do art. 48 do Código Penal Militar (alínea <i>c</i> do art. 516 do CPPM).....	1120
19.2.1.3.4.	Não recebimento da denúncia no todo ou em parte, ou de seu aditamento (alínea <i>d</i> do art. 516 do CPPM).....	1123
19.2.1.3.5.	Conclusão pela incompetência da Justiça Militar, do juiz federal da justiça militar ou do Conselho de Justiça (alínea <i>e</i> do art. 516 do CPPM).....	1126
19.2.1.3.6.	Julgamento de procedência da exceção, salvo a de suspeição (alínea <i>f</i> do art. 516 do CPPM).....	1127
19.2.1.3.7.	Julgamento de improcedência do corpo de delito ou outros exames (alínea <i>g</i> do art. 516 do CPPM).....	1128
19.2.1.3.8.	Decretação, ou não, da prisão preventiva, ou sua revogação (alínea <i>h</i> do art. 516 do CPPM).....	1131
19.2.1.3.9.	Concessão ou negação da menagem (alínea <i>i</i> do art. 516 do CPPM).....	1132
19.2.1.3.10.	Decretação da prescrição, ou julgamento, por outro modo, da extinção da punibilidade (alínea <i>j</i> do art. 516 do CPPM).....	1132
19.2.1.3.11.	Indeferimento do pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade (alínea <i>l</i> do art. 516 do CPPM).....	1138
19.2.1.3.12.	Concessão, negação ou revogação do livramento condicional ou da suspensão condicional da pena (alínea <i>m</i> do art. 516 do CPPM).....	1138
19.2.1.3.13.	Anulação, no todo ou em parte, do processo da instrução criminal (alínea <i>n</i> do art. 516 do CPPM).....	1144
19.2.1.3.14.	Decisão sobre a unificação das penas (alínea <i>o</i> do art. 516 do CPPM).....	1145

	19.2.1.3.15. Decretação, ou não, da medida de segurança (alínea <i>p</i> do art. 516 do CPPM).....	1147
	19.2.1.3.16. Não recebimento da apelação ou recurso (alínea <i>q</i> do art. 516 do CPPM).....	1149
	19.2.1.4. Prazo para interposição.....	1151
	19.2.1.5. Procedimento.....	1151
	19.2.1.6. Efeitos.....	1153
19.2.2.	Apelação.....	1153
	19.2.2.1. Dever de recolher-se à prisão para apelar e sobrestamento da apelação por fuga.....	1155
	19.2.2.2. Prazo para interposição.....	1157
	19.2.2.3. Procedimento.....	1158
	19.2.2.4. Efeitos.....	1158
19.2.3.	Embargos infringentes, de nulidade e de declaração.....	1160
	19.2.3.1. Prazo para interposição.....	1164
	19.2.3.2. Procedimento.....	1164
	19.2.3.3. Efeitos.....	1165
19.2.4.	Recurso inominado.....	1166
19.2.5.	Correção parcial.....	1166
19.2.6.	Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	1175
	19.2.6.1. Cabimento.....	1175
	19.2.6.2. Legitimidade.....	1179
	19.2.6.3. Prazo.....	1179
	19.2.6.4. Procedimento.....	1180
19.2.7.	Recurso Ordinário Constitucional em Mandado de Segurança.....	1181
	19.2.7.1. Cabimento.....	1181
	19.2.7.2. Legitimidade.....	1184
	19.2.7.3. Prazo.....	1184
	19.2.7.4. Procedimento.....	1185
19.2.8.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	1186
	19.2.8.1. Cabimento.....	1190
	19.2.8.2. Legitimidade.....	1195
	19.2.8.3. Prazo.....	1198
	19.2.8.4. Procedimento.....	1198
	19.2.8.4.1. Interposição e contrarrazões.....	1199
	19.2.8.4.2. Julgamento dos recursos extraordinários (em sentido amplo) repetitivos.....	1199
	19.2.8.4.3. Possibilidades iniciais do presidente ou do vice-presidente do tribunal <i>a quo</i>	1202
	19.2.8.4.4. Julgamento dos recursos extraordinário e especial.....	1206
	19.2.8.5. Efeitos.....	1208

19.2.9.	Agravo em execução.....	1210
19.2.9.1.	Cabimento	1211
19.2.9.2.	Legitimidade	1212
19.2.9.3.	Competência	1212
19.2.9.4.	Prazo.....	1212
19.2.9.5.	Procedimento.....	1212
19.2.9.6.	Efeitos	1213
19.3.	Ações Autônomas de Impugnação.....	1214
19.3.1.	Revisão criminal.....	1214
19.3.2.	<i>Habeas Corpus</i>	1219
19.3.2.1.	Introdução e evolução histórica	1219
19.3.2.2.	Natureza jurídica	1222
19.3.2.3.	Objeto (hipóteses de impetração)	1223
19.3.2.4.	Impetrante, Impetrado e paciente	1227
19.3.2.5.	Espécies.....	1233
19.3.2.6.	Competência para julgamento	1235
19.3.2.7.	Procedimento	1238
19.3.2.8.	Recurso das decisões	1242
19.3.3.	Mandado de Segurança Individual.....	1244
19.3.3.1.	Introdução	1244
19.3.3.2.	Natureza jurídica	1245
19.3.3.3.	Objeto (hipóteses de impetração)	1245
19.3.3.4.	Legitimidade	1248
19.3.3.5.	Competência para julgamento	1251
19.3.3.6.	Procedimento	1253
19.3.3.7.	Recurso das decisões	1255
19.3.4.	<i>Habeas Data</i> na Justiça Militar?.....	1255
19.3.5.	Reclamação	1258
20	JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA.....	1265
20.1.	Introdução e estabelecimento de premissas.....	1265
20.2.	Crime militar em tempo de guerra.....	1268
20.3.	Organização da Justiça Militar em tempo de guerra.....	1272
20.4.	Do processo (procedimento) penal militar em tempo de guerra.....	1277
20.4.1.	Quadro-resumo do processo penal militar em tempo de guerra.....	1286
20.5.	Dos recursos.....	1290
20.6.	Da execução da pena de morte	1292
	REFERÊNCIAS	1297